



Prof. Juliano Marques

O ILUMINISMO

A consolidação da Ordem Burguesa e capitalista: o Iluminismo

As transformações em todos os níveis – econômico, político, social e cultural – que ocorreram no século XVII, principalmente no que se referia à economia das sociedades européias, exigiam correspondente alteração na forma de encarar o mundo. Para a sociedade européia havia a necessidade de uma nova filosofia adequada ao espírito do capitalismo. A este novo modo de pensar e de compreender o mundo e a sociedade, os historiadores deram o nome de Iluminismo, e deve ser compreendido e apreendido dentro do contexto de crise geral do Antigo Regime.

O que se verá, dos séculos XVII ao XIX é o questionamento e a derrubada desse Antigo Regime, baseado no Estado Centralizado e interventor da Idade Moderna. O processo de edificação de uma nova ordem é típico do século XVIII (transição do mundo moderno para o mundo contemporâneo) e comandado pela burguesia, que defende a conquista de seu espaço político, a afirmação do pensamento liberal e a consolidação do capitalismo, fundamentais para a constituição de uma ordem liberal burguesa e capitalista.

A Revolução Científica do século XVII, as bases filosóficas do pensamento liberal nos séculos XVII e XVIII, a Revolução Francesa do século XVIII e a Revolução Industrial, a partir do século XVIII, conduzem a burguesia ao poder político e, simultaneamente, reafirmando o seu poder econômico. O denominador comum é a tendência ao predomínio da visão racionalista do mundo, marca inconfundível da sociedade que se tornava cada vez mais burguesa.

O Iluminismo

O termo Iluminismo indica um movimento de idéias (ideologia) que tem suas origens no século XVII, mas que se desenvolve especialmente no século XVIII, denominado, por isso de “o século das luzes”.

O Iluminismo é uma filosofia militante de crítica da tradição cultural institucional; seu programa é a difusão do uso da razão para dirigir o progresso da vida em todos os aspectos. A filosofia Iluminista voltou-se para o estudo da natureza e da sociedade. O uso da razão era considerado indispensável à compreensão dos fenômenos naturais e sociais, e o alcance do estado de felicidade.

Segundo os Iluministas até a crença deveria ser racionalizada. Por isso eram *deístas*, ou seja, acreditavam que

Deus está presente na natureza e, como o homem faz parte da natureza, Ele também se encontra presente no coração do próprio homem que pode descobri-lo através da razão e da felicidade. Assim, a instituição da Igreja torna-se dispensável, pois era criticada pela sua intolerância, ambição política e pela inutilidade das suas ordens monásticas.

Os Iluministas consideravam os homens bons e iguais perante a natureza e que a desigualdade existente entre eles era provocada pelos próprios homens, isto é, pela sociedade, pela civilização. Para corrigir essa desigualdade achavam que era preciso modificar a sociedade, dando a todos liberdade de expressão e de culto, e proteção contra a escravidão, a injustiça, a opressão e as guerras. Essa cultura devia muito às descobertas da Revolução Científica, ao método experimental de que foram pioneiros Galileu, Boyle e Isaac Newton, bem como - e o que é mais importante - à imagem científica do universo formada durante o século XVII.

O princípio organizador da sociedade deveria ser a busca da felicidade, cabendo ao governo garantir certos direitos naturais do homem: a liberdade individual assim como a livre posse de bens; a tolerância para a expressão de idéias; a igualdade perante a lei; uma justiça serena com base na punição dos delitos e das penas. A forma política ideal garantidora desses princípios variava segundo os pensadores. O modelo seria a monarquia inglesa, para Montesquieu e Voltaire; ou uma *República* fundada sobre a moralidade e a virtude cívica, para Rousseau.

Poder-se-ia afirmar que o Iluminismo expressou, em última instância, a ascensão da burguesia e de sua ideologia.

A filosofia das Luzes

O avanço científico ocorrido no século XVII deu origem à idéia de progresso, de que as coisas mudam e evoluem. A instalação da monarquia constitucional parlamentar na Inglaterra mostrou que também a política e a sociedade podem mudar, e que suas instituições não são eternas nem estáticas.

Começava-se a acreditar que a miséria humana era fruto da ignorância, e que somente a razão (a inteligência, o raciocínio) poderia iluminar o pensamento e modificar as condições da vida humana. Essa nova versão de mundo fez surgir, em meados do século XVIII, um movimento filosófico chamado “Iluminismo”. Os filósofos iluministas questionaram o poder real, os privilégios da nobreza, a religião, a economia, a educação, a escravidão, o colonialismo etc., submetendo todas as questões à razão e à crítica.

O pensamento de John Locke e a Declaração de Direitos exerceram grande influência sobre os iluministas, inspirando-lhes uma concepção de política contrária ao absolutismo: o liberalismo, que defendia a liberdade do indivíduo. Na política o liberalismo significava a limitação do poder do governante por uma constituição e um parlamento. Na economia, era contrário às restrições mercantilistas (como os monopólios) e à intervenção do governo na vida econômica.

Os iluministas contestaram a sociedade estamental. Para eles, a desigualdade era provocada pelos próprios homens, e não por Deus (como afirmava a Igreja). Assim como existiam leis para regular os fenômenos da natureza, existiam também leis naturais para regular as relações entre os homens. Essas leis naturais seriam: igualdade, liberdade de expressão, tolerância religiosa e defesa da propriedade.

A maioria dos filósofos iluministas era francesa. Expu- seram suas reflexões em banquetes e salões de nobres, em cafês, jornais, livros e cartas enviadas para pensadores e monarcas de outros países. De Paris, suas idéias se difun- diram por toda a Europa.

Uma grande síntese do pensamento iluminista e do co- nhecimento humano da época encontra-se na Enciclopédia, obra que teve como principais diretores D'Alembert e Di- derot. Publicada entre 1751 e 1772, a Enciclopédia contou com a colaboração de quase sessenta pensadores, entre eles Montesquieu, Voltaire, Quesnay e Turgot.

Uma nova visão de sociedade

Como os pensadores da ilustração acreditavam que de- via ser uma sociedade justa e racional? Em primeiro lugar, deveria existir igualdade jurídica, isto é, todos os homens deviam nascer iguais perante a lei. Assim, eles atacavam o Antigo Regime, que era uma sociedade estamental, ou seja, os nobres possuíam alguns privilégios, como o não- pagamento de impostos, as leis e os tribunais especiais, e a garantia de altos cargos no Estado.

Outra idéia importante era a liberdade. Todos os ho- mens deveriam gozar de liberdades individuais fundamen- tais: liberdade de poder dizer e escrever o que quisessem, liberdade de possuir qualquer crença religiosa ou política. A idéia dos direitos fundamentais do homem foi criada pelos iluministas, que eram contra a escravidão, a servidão feudal e as torturas.

Os iluministas defendiam o princípio da tolerância, isto é, ninguém deveria ser punido por defender idéias políticas ou religiosas. Era isso que o filósofo Cândido Voltaire ti- nha em mente quando declarou: “posso não concordar com uma só palavra do que dizeis, mas defenderei até a morte o vosso direito de dizê-las”.

Além dessas liberdades individuais, os iluministas de- fendiam um regime em que o rei estivesse submetido a uma Constituição e no qual houvesse a separação entre os três poderes (executivo, legislativo e judiciário), princípios básicos do liberalismo político. A influência das idéias do filósofo inglês John Locke eram muito fortes.

Os filósofos iluministas

O filósofo Voltaire (1694-1778) foi o grande defensor da liberdade de pensamento e da tolerância. Com seu es- tilo irônico e vibrante, criticou a monarquia absolutista de direito divino, a Igreja Católica, o clero, a intolerância re- ligiosa e o fanatismo. Afirmava ser necessário uma monar- quia respeitadora das liberdades individuais e governadas por um soberano esclarecido pela filosofia das luzes.

O nobre Montesquieu (1689-1755) defendeu, na obra “O Espírito das Leis”, a idéia de que as nações devem ser governadas por leis e não pela vontade dos soberanos. Era a favor de uma monarquia constitucional na qual o gover- no estaria dividido em três poderes: o Legislativo (poder de fazer as leis), Executivo (poder de executar as leis) e o Judiciário (poder de julgar aqueles que transgridem as leis). Com isso, os abusos dos governantes seriam evitados e as liberdades individuais protegidas. Os membros dos três poderes deveriam ser eleitos pelo voto censitário, isto é, só votariam os cidadãos que tivessem uma renda e que pagassem impostos.

Rousseau (1712-1778), suíço de origem burguesa, iden- tificou na propriedade privada a causa das injustiças, da corrupção, dos crimes e das guerras. Acreditava que leis justas poderiam diminuir os males decorrentes da proprie- dade privada. Em “O Contrato Social”, desenvolveu a idéia de que o soberano deveria governar segundo a vontade da maioria (democracia), atendendo ao bem comum (sobera- nia do povo). Defendeu, também, o voto universal: o direi- to de todos ao voto, sem limitações econômicas.

Alguns pensadores iluministas refletiram sobre a vida econômica das nações. Na França, nasceu uma nova dou- trina econômica, a fisiocracia, que criticava a intervenção do Estado na economia e defendia a agricultura como única atividade verdadeiramente produtiva. Para os fisiocratas, os produtos agrícolas deviam ter livre circulação e estar isentos de impostos e regulamentações (*laissez faire, laissez passer*).

Para o inglês Adam Smith (1723-1790), o trabalho con- sistia na verdadeira fonte de riquezas. Em sua obra “A ri- queza das nações” defendeu a liberdade de trabalho e afir- mou que todas as atividades econômicas eram importantes. Criticou o mercantilismo, pregando a liberdade econômica e a derrubada das regulamentações estatais. Acreditava que a economia era regulada por leis, como a lei da oferta e da procura, e pela livre-concorrência. Adam Smith é conside- rado o fundador do liberalismo econômico.

O despotismo esclarecido: mo- dernização conservadora

No século XVIII, alguns países da Europa encontra- vam-se ainda sob o sistema feudal e procuravam, com a ajuda dos filósofos iluministas, alcançar os países mais de- senvolvidos. Os projetos de modernização propostos pelos filósofos do *Século das Luzes* foram adotados por monar- cas e dirigentes dessas regiões, que chegaram a nomear intelectuais como conselheiros reais. Por essa razão, tais monarcas foram chamados de *déspotas esclarecidos*, e seus governos, nos quais foram implementadas reformas eco- nômicas e políticas, ficaram conhecidos como *absolutismo ilustrado*.

Para melhor compreender este fenômeno histórico, faça- mos um paralelo entre as monarquias absolutistas da Ingla- terra e da França e as monarquias dos déspotas esclarecidos. As primeiras atingiram uma posição econômica e política predominante no cenário europeu, graças ao seu desenvol-

vimento histórico, com o poder real se firmando paulatinamente e promovendo a expansão de atividades econômicas modernas e dinâmicas que fortaleceram novas classes de mercadores e negociantes. Já as monarquias sob o chamado despotismo esclarecido foram resultadas de uma política reformista, com modificações impostas pelos monarcas aos seus súditos, numa desesperada tentativa de “queimar etapas” e alcançar as monarquias de países como a França e a Inglaterra. Países que passaram por essa experiência foram a Rússia, a Áustria, a Prússia, a Espanha e Portugal. Seus monarcas e classes dirigentes esperavam, com algumas medidas baseadas em teorias dos pensadores iluministas, resolverem o paradigma do “subdesenvolvimento”.

A maioria dos países eram, fundamentalmente, agrários, com uma população muito grande de servos. Este, pelo menos, era o caso do Império Russo e do Sacro Império, entre os séculos XVII e XVIII. A primeira tentativa de modernização da Rússia foi feita por Pedro I, o Grande (1682-1725), da dinastia dos Romanov. Esse tipo de modernização sem mudar a estrutura resultou em situações contraditórias. Por exemplo, seguidora de Pedro, Catarina, a Grande, tornou a lei de servidão ainda mais severa, buscando aumentar a produção. Uma contradição na política de modernização.

Ao contrário, na Áustria, que fazia parte do Sacro Império, Jose II (1780-1790) extinguiu a servidão e realizou uma espécie de reforma agrária, além de decretar a liberdade de imprensa e a tolerância religiosa, a fim de submeter a Igreja Católica ao Estado.

A Prússia, que também era parte do Sacro Império, adquiriu certa autonomia em fins do século XVII e início do século XVIII. E foi Frederico II (1740-1786), chamado de “o rei filósofo”, que realizou importantes reformas. Amigo de Voltaire, incentivou a educação popular, abrindo escolas e tornando-as obrigatórias para todos. Aboliu a tortura e modificou a Justiça. Incentivou as manufaturas estatais e a industrialização, favorecendo também o comércio. Entretanto a estrutura social permaneceu a mesma: nobreza, burguesia, uma pequena classe operária e servos.

Na Espanha, o despotismo esclarecido esteve intimamente ligado ao nome do monarca Carlo III (1759-1788) e seus auxiliares, condes de Aranda e Floridablanca. O Exército e as universidades foram reorganizados. O governo controlou a Inquisição e expulsou os jesuítas, que tinham grande influência no Estado espanhol.

Em Portugal, o despotismo esclarecido foi marcado pela ascensão ao trono de José I (1750-1777), que se serviu dos préstimos do Marquês de Pombal, iluminista português. Pombal foi designado ministro de Estado e tomou uma série de medidas modernizadoras: fundou a Companhia Vinícola do Alto Douro, para romper o monopólio inglês; pelo mesmo motivo que o governo espanhol, expulsou os jesuítas de Portugal, rompendo com a Santa Sé.

É importante analisar com mais detalhes a política de Pombal, por dizer respeito diretamente à história do Brasil.

O Brasil na política de Pombal

Pombal criou companhias de comércio, esperando aumentar a produção geral da colônia.

O ministro de D. José I iniciou sua política reforçando o tráfico de escravos negros para regiões carentes de mão-de-obra. Incentivou, ao mesmo tempo, a produção do açúcar pernambucano, para fazer frente à crescente concorrência das Antilhas.

Foi no período de Pombal que se restaurou o poder das casas de fundição e foi instituída uma taxa anual de 100 arrobas de ouro, que a colônia era obrigada a pagar independentemente da quantidade de minério extraída.

Em 1763, Pombal transferiu a capital da colônia de Salvador para o Rio de Janeiro. Um de seus objetivos tinha o caráter militar de aproximar a administração do local de conflito com os espanhóis: a Colônia do Sacramento, na região do rio da Prata. Porém a razão mais importante que levou o ministro a mudar a capital para o Rio foi a proximidade com o centro econômico, que era a região mineradora.

O significado Iluminismo

A revolução intelectual fazia parte do processo de transformações por que passavam as sociedades européias e americanas.

Os pensadores do Iluminismo contribuíram para os fundamentos teóricos e práticos das revoluções que já estavam acontecendo ou iriam acontecer, como a Revolução Americana, que resultou na independência dos Estados Unidos, e a Revolução Francesa, que resultou na derrubada violenta do absolutismo e da nobreza e a implantação de um regime burguês naquele país e, logo depois, em toda a Europa.



Jean-Jacques Rousseau, um dos maiores filósofos do movimento Iluminista. Defendia, entre outras coisas, a soberania, a democracia e o voto universal.